

I

A ERA DA GUERRA TOTAL

*Filas de rostos pálidos murmurando, máscaras de medo,
Eles deixam as trincheiras, subindo pela borda,
Enquanto o tempo bate vazio e apressado nos pulsos,
E a esperança, de olhos furtivos e punhos cerrados,
Naufraga na lama. Ó Jesus, fazei com que isso acabe!*

Siegfried Sassoon (1947, p. 71)

Talvez se ache melhor, em vista das alegações de "barbaridade" dos ataques aéreos, manter as aparências com a formulação de regras mais brandas e também limitando-se nominalmente o bombardeio a alvos de caráter estritamente militar [...] para evitar enfatizar a verdade de que a guerra aérea tornou tais restrições obsoletas e impossíveis. Talvez se passe algum tempo até que ocorra outra guerra e enquanto isso o público pode ser educado quanto ao significado da guerra aérea.

Rules as to bombardment by aircraft, 1921 (Townsend, 1986, p. 161)

(Sarajevo, 1946.) Aqui, como em Belgrado, vejo nas ruas um considerável número de moças cujos cabelos estão ficando grisalhos, ou já o estão completamente. Têm os rostos atormentados mas ainda jovens, enquanto as formas dos corpos traem ainda mais claramente sua juventude. Parece-me ver como a mão desta última guerra passou pelas cabeças desses seres frágeis [...]

Tal visão não pode ser preservada para o futuro; essas cabeças logo se tornarão mais grisalhas ainda e desaparecerão. É uma pena. Nada poderia falar tão claramente sobre nossa época às futuras gerações quanto essas jovens cabeças grisalhas, das quais se roubou a desprecupação da juventude.

Que pelo menos tenham um memorial nesta notinha.

Signs by the roadside (Andric, 1992, p. 50)

O Oriente o Japão tivesse combatido (e vencido) a Rússia em 1904-5, apressando com isso a Revolução Russa.

Não houvera, em absoluto, guerras *mundiais*. No século XVIII a França e a Grã-Bretanha tinham combatido numa série de guerras cujos campos de batalha começavam na Índia, passavam pela Europa e chegavam à América do Norte, cruzando os oceanos do mundo. Entre 1815 e 1914 nenhuma grande potência combateu outra fora de sua região imediata, embora expedições agressivas de potências imperiais ou candidatas a imperiais contra inimigos mais fracos do ultramar fossem, claro, comuns. A maioria dessas expedições resultava em lutas espetacularmente unilaterais, como as guerras dos EUA contra o México (1846-8) e a Espanha (1898) e as várias campanhas para ampliar os impérios coloniais britânico e francês, embora de vez em quando a escória reagisse, como quando os franceses tiveram de retirar-se do México na década de 1860 e os italianos da Etiópia em 1896. Com os Estados modernos munidos de arsenais cada vez mais cheios de uma tecnologia da morte tremendamente superior, mesmo seus adversários mais formidáveis só podiam esperar, na melhor das hipóteses, um adiamento da retirada inevitável. Esses conflitos exóticos eram material para livros de aventura ou reportagens dos correspondentes de guerra (essa inovação de meados do século XX), mais que assuntos de relevância direta para a maioria dos habitantes dos Estados que os travavam e venciam.

Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu — “Gallipoli” tornou-se seu mito nacional — e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a “complicações europeias” e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês. Embora a ação militar fora da Europa não fosse muito significativa a não ser no Oriente Médio, a guerra naval foi mais uma vez global: a primeira batalha travou-se em 1914, ao largo das ilhas Falkland, e as campanhas decisivas, entre submarinos alemães e comboios aliados, deram-se sobre e sob os mares do Atlântico Norte e do Médio.

É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal. As colônias das potências imperiais não tiveram escolha. Com exceção da futura República da Irlanda e de Suécia, Suíça, Portugal,

“As luzes se apagam em toda a Europa”, disse Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, observando as luzes de Whitehall na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram à guerra. “Não voltaremos a vê-las acender-se em nosso tempo de vida.” Em Viena, o grande satirista Karl Kraus preparava-se para documentar e denunciar essa guerra num extraordinário drama-reportagem a que deu o título de *Os últimos dias da humanidade*. Ambos viam a guerra mundial como o fim de um mundo, e não foram os únicos. Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 — quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear —, em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperar-se que o deus ou os deuses que os humanos pios acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito.

A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos.

Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos — inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centro-europeus — se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. “Paz” significava “antes de 1914”: depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. Em 1914 não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram as seis “grandes potências” europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia — após 1871 ampliada para Alemanha — e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão. Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas das grandes potências haviam combatido, a Guerra da Crimeia (1854-6), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a França do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses, ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houvera na Europa guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil, embora no Extremo

Turquia e Espanha, na Europa, e talvez do Afeganistão, fora da Europa, quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas. Quanto aos campos de batalha, os nomes de ilhas melanésias e assentamentos nos desertos norte-africanos, na Birmânia e nas Filipinas, tornaram-se tão conhecidos dos leitores de jornais e radiouvintes — e essa foi essencialmente a guerra dos noticiários radiofônicos — quanto os nomes de batalhas no Ártico e no Cáucaso, na Normandia, em Stalingrado e em Kursk. A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo.

Locais, regionais ou globais, as guerras do século xx iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século xx: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China em 1937-9, e a Guerra da Coreia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século xix pós-napoleônico, entre Prússia-Alemanha e França, em 1870-1, matou talvez 150 mil pessoas, uma ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco, de 1932-5, entre Bolívia (pop. c. 3 milhões) e Paraguai (pop. c. 1,4 milhão). Em suma, 1914 inaugura a era do massacre (Singer, 1972, pp. 66 e 131).

Não há espaço neste livro para discutir as origens da Primeira Guerra Mundial, que o autor tentou esboçar em *A era dos impérios*. Ela começou como uma guerra essencialmente europeia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as chamadas “Potências Centrais”, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro, com a Sérvia e a Bélgica sendo imediatamente arrastadas para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado a Tríplice Aliança se avolumava numa coalizão bastante grande. Subornada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e — mais importante — os EUA entraram em 1917. Na verdade, sua intervenção seria decisiva.

Os alemães, então como na Segunda Guerra Mundial, viram-se diante de uma possível guerra em duas frentes, inteiramente diferente dos Bálcãs, aos quais haviam sido arrastados por sua aliança com a Áustria-Hungria. (Contudo, como três das quatro Potências Centrais ficavam nessa região — a Turquia e a Bulgária, além da Áustria —, ali o problema estratégico não era tão urgente.) O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que

o império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois, movida pela necessidade, a Alemanha planejava uma campanha relâmpago (o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de *blitzkrieg*). O plano quase deu certo, mas não inteiramente. O exército alemão avançou sobre a França, inclusive atravessando a Bélgica, neutra, e só foi detido algumas dezenas de quilômetros a Leste de Paris, junto ao rio Marne, cinco ou seis semanas depois de declarada a guerra. (Em 1940 o plano viria a dar certo.) Em seguida recuou um pouco, e os dois lados — os franceses agora complementados pelo que restava dos belgas e por uma força de terra britânica que logo cresceria enormemente — improvisaram linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas, que pouco depois se estendiam sem interrupção da costa do Canal, em Flandres, até a fronteira suíça, deixando grande parte da França oriental e da Bélgica sob ocupação alemã. Nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição.

Essa era a “Frente Ocidental”, que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapetos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como — e com — ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia — que um escritor alemão chamou depois de “furacões de aço” (Ernst Jünger, 1921) — “amaciavam” o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levava homens safam por cima do parapeto, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a “terra de ninguém”, um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria. A tentativa alemã de romper a barreira em Verdun, em 1916 (fevereiro-julho), foi uma batalha de 2 milhões de homens, com 1 milhão de baixas. Fracassou. A ofensiva dos britânicos no Somme, destinada a forçar os alemães a suspender a ofensiva de Verdun, custou à Grã-Bretanha 420 mil mortos — 60 mil no primeiro dia de ataque. Não surpreende que na memória dos britânicos e franceses, que travaram a maior parte da Primeira Guerra Mundial na Frente Ocidental, esta tenha permanecido como a “Grande Guerra”, mais terrível e traumática na memória que a Segunda Guerra Mundial. Os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, e se incluímos os prisioneiros de guerra, os feridos e os permanentemente estropiados e desfigurados — os “*gueules cassés*” [“caras quebradas”] que se tornaram parte tão vívida da imagem posterior da guerra —, não muito mais de um terço dos soldados franceses saiu da guerra incólume. As possibilidades do primeiro milhão de soldados britânicos sobreviver à guerra incólume eram de mais ou menos 50%. Os britânicos perderam uma geração —

meio milhão de homens com menos de trinta anos (Winter, 1986, p. 83) —, notadamente entre suas classes altas, cujos rapazes, destinados como *gentlemen* a ser os oficiais que davam o exemplo, marchavam para a batalha à frente de seus homens e em consequência eram ceifados primeiro. Um quarto dos alunos de Oxford e Cambridge com menos de 25 anos que serviam no exército britânico em 1914 (Winter, 1986, p. 98) foi morto. Os alemães, embora contassem ainda mais mortos que os franceses, perderam apenas uma pequena proporção de seus contingentes em idade militar, muito mais numerosos que os franceses: 13% deles. Mesmo as baixas aparentemente modestas dos EUA (116 mil, contra 1,6 milhão de franceses, quase 800 mil britânicos e 1,8 milhão de alemães) na verdade demonstram a natureza assassina da Frente Ocidental, a única onde estes lutaram. Pois embora os EUA perdessem entre 2,5 e 3 vezes mais homens na Segunda Guerra Mundial que na Primeira, em 1917-8 as forças americanas estiveram em ação por pouco mais de um ano e meio, enquanto na Segunda Guerra Mundial foram três anos e meio — e num único setor bastante exíguo, e não no mundo inteiro.

Os horrores da guerra na Frente Ocidental teriam consequências ainda mais tristes. Sem dúvida, a própria experiência ajudou a brutalizar tanto a guerra como a política: se uma podia ser feita sem contar os custos humanos ou quaisquer outros, por que não a outra? Quase todos os que serviram na Primeira Guerra Mundial — em sua esmagadora maioria soldados rasos — saíram dela inimigos convictos da guerra. Contudo, os ex-soldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltar contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incommunicável e bárbara superioridade — inclusive em relação a mulheres e não combatentes — que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pós-guerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido *frontsoldat* era a experiência formativa da vida. Contudo, a reação oposta teve consequências igualmente negativas. Após a guerra, tornou-se bastante evidente para os políticos, pelo menos nos países democráticos, que os banhos de sangue de 1914-8 não seriam mais tolerados pelos eleitores. A estratégia pós-1918 da Grã-Bretanha e da França, tal como a estratégia pós-Vietnã nos EUA, baseava-se nessa crença. A curto prazo, isso ajudou os alemães a ganhar a Segunda Guerra Mundial no Ocidente em 1940, contra uma França empenhada em agachar-se por trás de suas fortificações incompletas e, uma vez rompidas estas, simplesmente não querendo continuar a luta; e uma Grã-Bretanha desesperada por evitar meter-se no tipo de guerra terrestre maciça que dizimara seu povo em 1914-8. A longo prazo, os governos democráticos não resistiram à tentação de salvar as vidas de seus cidadãos, tratando as dos países inimigos como totalmente descartáveis. O lançamento da bomba atômica sobre Hiroxima e Nagasaki em 1945 não foi justificado como indispensável para a vitória, então absolutamente certa, mas

como um meio de salvar vidas de soldados americanos. É possível, no entanto, que a ideia de que isso viesse a impedir a URSS, aliada dos EUA, de reivindicar uma participação preponderante na derrota do Japão tampouco estivesse ausente das cabeças do governo americano.

Enquanto a Frente Ocidental permanecia num impasse sangrento, a Frente Oriental continuava em movimento. Os alemães pulverizaram uma canhestra força de invasão russa na batalha de Tannenberg, no primeiro mês da guerra, e depois, com a ajuda por vezes efetiva dos austríacos, empurraram a Rússia para fora da Polónia. Apesar de ocasionais contraofensivas russas, ficou claro que as Potências Centrais tinham o domínio e que a Rússia travava uma ação defensiva de retaguarda contra o avanço alemão. Nos Bálcãs, as Potências Centrais tinham o controle, apesar do desempenho militar irregular do pétreo império habsburgo. Os beligerantes locais, Sérvia e Romênia, a propósito, sofreram de longe as maiores perdas militares. Os aliados, apesar de ocuparem a Grécia, não fizeram progresso até o colapso das Potências Centrais, após o verão de 1918. O plano da Itália de abrir outra frente contra a Áustria-Hungria nos Alpes falhou, sobretudo porque muitos soldados italianos não viam motivo para lutar pelo governo de um Estado que não consideravam seu e cuja língua poucos sabiam falar. Após uma grande *débâcle* militar em Caporetto em 1917, que deixou uma memória literária no romance *Adeus às armas*, de Ernest Hemingway, os italianos tiveram mesmo de ser reforçados por transferências de outros exércitos aliados. Enquanto isso, França, Grã-Bretanha e Alemanha sangravam até a morte na Frente Ocidental, a Rússia se via cada vez mais desestabilizada pela guerra que estava perdendo a olhos vistos, e o império austro-húngaro cambaleava para o desmoronamento, desejado por seus movimentos nacionalistas locais e ao qual os ministros das Relações Exteriores aliados se resignavam sem entusiasmo, prevendo com razão uma Europa instável.

Como romper o impasse na Frente Ocidental? Esse era o problema crucial para os dois lados, pois sem vitória no Ocidente nenhum dos dois podia vencer a guerra, ainda mais porque a guerra naval também estava empatada. A não ser por uns poucos ataques ocasionais, os aliados controlavam os oceanos, mas as frotas de combate britânicas e alemãs enfrentavam-se e imobilizavam uma à outra no mar do Norte. A única tentativa de entrar em combate (1916) terminou indefinida, mas, visto que confinou a frota alemã às suas bases, no balanço geral foi vantajosa para os aliados.

Os dois lados tentaram vencer pela tecnologia. Os alemães — sempre fortes em química — levaram o gás venenoso ao campo de batalha, onde ele se revelou ao mesmo tempo bárbaro e ineficaz, ocasionando o único caso autêntico de repulsa humanitária governamental a um meio de fazer a guerra, a Convenção de Genebra de 1925, pela qual o mundo se comprometia a não usar guerra química. E de fato, embora todos os governos continuassem a prepa-

rar-se para ela e esperassem que o inimigo a usasse, ela não foi usada por nenhum dos lados na Segunda Guerra Mundial, se bem que os sentimentos humanitários não impedissem os italianos de lançar gás sobre os povos coloniais. O acentuado declínio dos valores da civilização após a Segunda Guerra Mundial acabou trazendo o gás venenoso de volta. Durante a Guerra Irã-Iraque, na década de 1980, o Iraque, então apoiado entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usou-o à vontade contra soldados e civis. Os britânicos foram pioneiros nos veículos blindados de esteira, ainda conhecidos pelo então codinome de tanques, mas seus generais, não muito brilhantes, ainda não haviam descoberto como usá-los. Ambos os lados usaram os novos e ainda frágeis aeroplanos, além de (a Alemanha) curiosas aeronaves em forma de charuto e cheias de hélio, fazendo experiências de bombardeio aéreo, por sorte sem grande eficácia. A guerra aérea também atingiu a maioria na Segunda Guerra Mundial, notadamente como um meio de aterrorizar civis.

A única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra em 1914-8 foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário. Como todos os suprimentos da Grã-Bretanha eram transportados por mar, parecia factível estrangular as ilhas britânicas mediante uma guerra submarina cada vez mais implacável contra os navios. A campanha chegou perto do êxito em 1917, antes que se descobrissem meios efetivos de contê-la, mas fez mais que qualquer outra coisa para arrastar os EUA à guerra. Os britânicos, por sua vez, fizeram o melhor possível para bloquear os suprimentos da Alemanha, ou seja, matar de fome a economia e a população alemãs. Foram mais eficazes do que deviam, pois, como veremos, a economia de guerra alemã não era dirigida com a eficiência e racionalidade de que se gabavam os alemães — diferentemente da máquina militar alemã, que, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial, era impressionantemente superior a qualquer outra. A mera superioridade do exército alemão enquanto força militar poderia ter-se mostrado decisiva se a partir de 1917 os aliados não tivessem podido valer-se dos recursos praticamente ilimitados dos EUA. Na verdade, a Alemanha, mesmo entravada pela aliança com a Áustria, assegurou a vitória total no Leste, expulsando a Rússia da guerra para a revolução e para fora de grande parte de seus territórios europeus em 1917-8. Pouco depois de impor a paz punitiva de Brest-Litowsk (março de 1918), o exército alemão, agora livre para concentrar-se no Ocidente, na verdade rompeu a Frente Ocidental e avançou de novo sobre Paris. Graças à inundação de reforços e equipamentos americanos os aliados se recuperaram, mas por um instante pareceu por um triz. Contudo, era o último lance de uma Alemanha exausta, que se sabia perto da derrota. Assim que os aliados começaram a avançar, no verão de 1918, o fim era apenas uma questão de semanas. As Potências Centrais não apenas admitiram a derrota, mas desmoronaram. A revolução varreu o Sudeste e o Centro da Europa no outono de 1918, como

varrera a Rússia em 1917 (ver o próximo capítulo). Nenhum dos velhos governos ficou de pé entre as fronteiras da França e o mar do Japão. Mesmo os beligerantes do lado vitorioso ficaram abalados, embora seja difícil acreditar que Grã-Bretanha e França não sobrevivessem inclusive à derrota como entidades políticas estáveis; a Itália não, contudo. Certamente nenhum dos países derrotados escapou da revolução.

Se um dos grandes ministros ou diplomatas do passado — aqueles a quem os membros aspirantes dos ministérios do Exterior de seus países ainda eram instruídos a tomar como modelos, um Tallyrand ou um Bismarck — se levantasse da cova para observar a Primeira Guerra Mundial, certamente se perguntaria por que estadistas sensatos não tinham decidido resolver a guerra por meio de algum acordo, antes que ela destruísse o mundo de 1914. É o que também nós devemos perguntar-nos. A maioria das guerras não revolucionárias e não ideológicas do passado não se travava sob a forma de lutas de morte ou que prosseguissem até a exaustão total. Em 1914, certamente não era a ideologia que dividia os beligerantes, exceto no fato de que nos dois lados a guerra tinha de ser travada mediante a mobilização da opinião pública, isto é, alegando algum profundo desafio a valores nacionais aceitos, como o barbarismo russo contra a cultura alemã; a democracia francesa e britânica contra o absolutismo alemão, ou coisas assim. Além disso, houve estadistas que recomendaram algum tipo de acordo de compromisso mesmo fora da Rússia e da Áustria-Hungria, que pressionavam seus aliados nesse sentido com crescente desespero, à medida que a derrota se aproximava. Por que, então, a Primeira Guerra Mundial foi travada pelas principais potências dos dois lados como um tudo ou nada, ou seja, como uma guerra que só podia ser vencida por inteiro ou perdida por inteiro?

O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. “As ‘fronteiras naturais’ da Standard Oil, do Deutsche Bank ou da De Beers Diamond Corporation estavam no fim do universo, ou melhor, nos limites de sua capacidade de expansão” (Hobsbawm, 1987, p. 318). Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e Grã-Bretanha, o céu tinha de ser o limite, pois a Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a Grã-Bretanha, com o consequente relegamento de uma já declinante Grã-Bretanha a um *status* inferior. Era uma questão de ou uma ou outra. Para a França, então e depois, os objetivos em jogo eram menos globais, mas igualmente urgentes: compensar sua crescente e aparentemente inevitável inferioridade demográfica e econômica frente à Alemanha. Também aqui a questão era o futuro da França como grande potência. Nos dois casos, o acordo

teria significado apenas adiamento. A própria Alemanha, seria de supor, podia esperar até que seu tamanho e superioridade crescentes estabelecessem a posição que os governantes alemães achavam ser direito de seu país, o que aconteceria mais cedo ou mais tarde. Na verdade, a posição dominante de uma Alemanha duas vezes derrotada e sem pretensões a potência militar na Europa era mais incontestável no início da década de 1990 do que as pretensões da Alemanha militarista jamais haviam sido antes de 1945. Contudo, isso se deve ao fato de Grã-Bretanha e França, como veremos, terem sido forçadas, após a Segunda Guerra Mundial, embora com relutância, a aceitar sua relegação a um *status* de segunda categoria, assim como a Alemanha Federal, com toda a sua força econômica, reconheceu que no pós-1945 a supremacia mundial como Estado individual estava, e teria de continuar, fora de seu poder. Na década de 1900, no auge da era imperial e imperialista, tanto a pretensão alemã a um *status* global único (“O espírito alemão regenerará o mundo”, diziam) quanto a resistência a isso de Grã-Bretanha e França, ainda ingênuos “grandes potências” num mundo eurocentrado, continuavam intatas. No papel, sem dúvida era possível o acordo neste ou naquele ponto dos quase megalomaniacos “objetivos de guerra” que os dois lados formularam assim que a guerra estourou, mas na prática só um objetivo contava naquela guerra: a vitória total, aquilo que na Segunda Guerra Mundial veio a chamar-se “rendição incondicional”.

Era um objetivo absurdo, que trazia em si a derrota e que arruinou vencedores e vencidos; que empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física. Em 1940 a França foi atropelada com ridícula facilidade e rapidez por forças alemãs inferiores e aceitou sem hesitação a subordinação a Hitler porque o país havia sangrado até quase a morte em 1914-8. A Grã-Bretanha jamais voltou a ser a mesma após 1918, porque o país arruinara sua economia travando uma guerra que ia muito além de seus recursos. Além disso, a vitória total, ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinou as escassas possibilidades existentes de restaurar alguma coisa que guardasse mesmo fraca semelhança com uma Europa estável, liberal, burguesa, como reconheceu de imediato o economista John Maynard Keynes. Se a Alemanha não fosse reintegrada na economia europeia, isto é, se não se reconhecesse e aceitasse o peso econômico do país dentro dessa economia, não poderia haver estabilidade. Mas essa era a última consideração na mente dos que tinham lutado para eliminar a Alemanha.

O acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália) e em geral, embora imprecisamente, conhecido como Tratado de Versalhes,* era dominado por cinco considera-

(*) Tecnicamente, o Tratado de Versalhes só se refere à paz com a Alemanha. Vários parques e castelos reais nas vizinhanças de Paris deram seus nomes aos outros tratados: Saint-Germain com a Áustria; Trianon com a Hungria; Sevres com a Turquia; Neuilly com a Bulgária.

ções. A mais imediata era o colapso de tantos regimes na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo, dedicado à subversão universal, um ímã para forças revolucionárias de todas as partes (ver capítulo 2). Segundo, havia a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, esse era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. Terceiro, o mapa da Europa tinha de ser revidido e retrçado, tanto para enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano. Os muitos pretendentes à sucessão, pelo menos na Europa, eram vários movimentos nacionalistas que os vitoriosos tendiam a estimular, contanto que fossem antibolcheviques como convinha. Na verdade, na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar *Estados-nação* étnico-linguísticos, segundo a crença de que as nações tinham o “direito de autodeterminação”. O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e linguísticas das regiões que seriam divididas em *Estados-nação*. A tentativa foi um desastre, como ainda se pode ver na Europa da década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choço.* O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas — divisão entre Grã-Bretanha e França — com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer “um lar nacional” para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial.

O quarto conjunto de considerações eram as políticas internas dentro dos países vitoriosos — o que significava, na prática, Grã-Bretanha, França e EUA — e os atritos entre eles. A consequência mais importante dessa política interna foi que o Congresso americano se recusou a ratificar um acordo de paz escrito em grande parte por ou para seu presidente, e os EUA por conseguinte se retiraram dele, com resultados de longo alcance.

Por fim, as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. Fracas-

(*) A guerra civil iugoslava, a agitação secessionista na Eslováquia, a secessão dos Estados bálticos da antiga URSS, os conflitos entre húngaros e romenos pela Transilvânia, o separatismo da Moldávia (Moldávia, ex-Bessarábia) e, na realidade, o nacionalismo transcaucasiano, são alguns dos problemas explosivos que não existiam ou não teriam como existir antes de 1914.

saram da forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra.

Tornar o mundo seguro contra o bolchevismo e remapear a Europa eram metas que se sobreponham, pois a maneira mais imediata de tratar com a Rússia revolucionária, se por acaso ela viesse a sobreviver — o que não parecia de modo algum certo em 1919 —, era isolá-la atrás de um “cinturão de quarentena” (*cordon sanitaire*, na linguagem da diplomacia contemporânea) de Estados anticomunistas. Como os territórios desses Estados haviam sido em grande parte ou inteiramente seccionados de ex-terras russas, sua hostilidade para com Moscou podia ser dada como certa. Do Norte para o Sul, eram eles: Finlândia, uma região autônoma que Lenin deixara separar-se; três novas pequenas repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), para as quais não havia precedente histórico; Polônia, devolvida à condição de Estado após 120 anos; e uma Romênia muitíssimo ampliada, com o tamanho duplicado por cessões das partes húngara e austríaca do império habsburgo e da ex-russa Bessarábia. A maioria desses Estados na verdade fora destacada da Rússia pela Alemanha e, não fosse pela Revolução Bolchevique, certamente teria sido devolvida àquele Estado. A tentativa de ir adiante com esse cinturão de isolamento no Cáucaso fracassou, antes de mais nada, porque a Rússia revolucionária chegou a um acordo com a Turquia, não comunista mas revolucionária, e que não tinha simpatia pelos imperialistas britânicos e franceses. Daí os Estados da Armênia e Geórgia, independentes durante um curto período, estabelecidos após Brest-Litovsk, e as tentativas conduzidas pelos britânicos de separar o Azerbaijão, onde há muito petróleo, não sobreviverem à vitória dos bolcheviques na Guerra Civil de 1918-20 e ao tratado soviético-turco de 1921. Em suma, no Leste os aliados aceitaram as fronteiras impostas pela Alemanha à Rússia revolucionária, na medida em que essas fronteiras não eram tornadas inoperantes por forças que os aliados não pudessem controlar.

Isso ainda deixava grandes regiões, sobretudo da antiga Europa austro-húngara, para serem remapeadas. A Áustria e a Hungria foram reduzidas a retaguardas alemã e magiar, a Sérvia foi expandida para uma grande e nova Iugoslávia pela fusão com a (ex-austriaca) Eslovênia e a (ex-húngara) Croácia, e também com o antes independente pequeno reino tribal de pastores e assaltantes, Montenegro, uma sombria massa de montanhas cujos habitantes reagiram à perda sem precedentes de sua soberania convertendo-se em massa ao comunismo, que, achavam, apreciava a virtude heroica. Estavam também ligados à Rússia ortodoxa, cuja fé os ainda não conquistados homens da montanha negra tinham defendido contra os infiéis turcos durante tantos séculos. Também se formou uma nova Tchecoslováquia, juntando-se o miolo industrial do império habsburgo, as terras tchecas, às áreas de camponeses eslovacos e rutênios antes pertencentes à Hungria. A Romênia foi ampliada para um conglomerado multinacional, enquanto a Polônia e a Itália também se beneficia-

vam. Não havia um único precedente histórico assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de *Estados-nação* pequenos demais. Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria — mas na prática não inteiramente todas — de suas minorias, os novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores.

Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (a cláusula da “culpa de guerra”), para mantê-la permanentemente enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a Alsácia-Lorena voltasse à França e uma substancial região no Leste à Polônia restaurada (o “Corredor Polonês”, que separava a Prússia oriental do resto da Alemanha), além de alguns ajustes menores nas fronteiras alemãs; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se “reparações” (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privando-se a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar. (Elas foram redistribuídas entre os britânicos e seus domínios, os franceses, e em menor extensão aos japoneses, mas, em deferência à crescente impopularidade do imperialismo, não mais foram chamadas de “colônias”, e sim de “mandatos” para assegurar o progresso de povos atrasados, entregues humanitariamente às potências imperiais, que nem sonhariam em explorá-los para nenhum outro propósito.) Com exceção das cláusulas territoriais, nada restava do Tratado de Versalhes em meados da década de 1930.

Quanto ao mecanismo para impedir outra guerra mundial, era evidente que desmoronara absolutamente o consórcio de “grandes potências” europeias que se supunha assegurá-lo antes de 1914. A alternativa, exortada a obstinados politiquinhos europeus pelo presidente Wilson, com todo o fervor liberal de um cientista político de Princeton, era estabelecer uma “Liga de Nações” (isto é, Estados independentes) que tudo abrangesse, e que solucionasse pacífica e democraticamente os problemas antes que se descontrolassem, de preferência em negociação pública (“alianças abertas feitas abertamente”), pois a guerra também tornara suspeitos, como “diplomacia secreta”, os habituais e sensíveis processos de negociação internacional. Foi em grande parte uma reação contra os tratados secretos acertados entre os aliados durante a guerra, nos quais dividiram a Europa do pós-guerra e o Oriente Médio com uma surpreendente falta de atenção pelos desejos, ou mesmo interesses, dos habitantes daquelas

regiões. Os bolcheviques, descobrindo esses documentos sensíveis nos arquivos czaristas, haviam-nos prontamente publicado para o mundo ler, e portanto exigia-se um exercício de redução de danos. A Liga das Nações foi de fato estabelecida como parte do acordo de paz e revelou-se um quase total fracasso, a não ser como uma instituição para coleta de estatísticas. Contudo, em seus primeiros dias resolveu uma ou duas disputas menores, que não punham a paz mundial em grande risco, como a da Finlândia e Suécia sobre as ilhas Åland.* A recusa dos EUA a juntar-se à Liga das Nações privou-a de qualquer significado real.

Não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa. Como já observamos, os EUA quase imediatamente se retiraram, e num mundo não mais eurocentrado e eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora uma grande potência mundial podia se sustentar. Como veremos, isso se aplicava tanto às questões econômicas do mundo quanto à sua política. Duas grandes potências europeias, e na verdade mundiais, estavam temporariamente não apenas eliminadas do jogo internacional, mas tidas como não existindo como jogadores independentes — a Alemanha e a Rússia soviética. Assim que uma ou as duas reentrassem em cena, um acordo de paz baseado apenas na Grã-Bretanha e na França — pois a Itália também continuava insatisfeita — não poderia durar. E, mais cedo ou mais tarde, a Alemanha ou a Rússia, ou as duas, reapareceriam inevitavelmente como grandes jogadores.

Qualquer pequena chance que tivesse a paz foi torpedeada pela recusa das potências vitoriosas a reintegrar as vencidas. É verdade que a repressão total da Alemanha e a total proscrição da Rússia soviética logo se revelaram impossíveis, mas a adaptação à realidade foi lenta e relutante. Os franceses, em particular, só de má vontade abandonaram a esperança de manter a Alemanha fraca e impotente. (Os britânicos não eram obcecados pela lembrança da derrota e da invasão.) Quanto à URSS, os Estados vencedores teriam preferido que não existisse, e, tendo apoiado os exércitos da contrarrevolução na Guerra Civil russa e enviado forças militares para apoiá-los, não mostravam entusiasmo algum pelo reconhecimento dessa sobrevivência. Seus homens de negócios chegaram mesmo a descartar as ofertas das maiores concessões a investidores estrangeiros feitas por Lenin, desesperado por qualquer forma de reiniciar a economia quase destruída pela guerra, a revolução e a guerra civil. A Rússia soviética foi obri-

(*) As ilhas Åland, situadas entre a Finlândia e a Suécia, e fazendo parte da Finlândia, eram e são habitadas exclusivamente por uma população de língua sueca, enquanto a recém-independente Finlândia estava agressivamente empenhada no predomínio da língua finlandesa. Como alternativa à secessão para a Suécia vizinha, a Liga idealizou um plano que assegurava o uso exclusivo do sueco nas ilhas, e as protegia de indesejada imigração da Finlândia continental. (N. A.)

gada a desenvolver-se no isolamento, embora para fins políticos os dois Estados proscritos da Europa, a Rússia soviética e a Alemanha, se juntassem no início da década de 1920.

Talvez a guerra seguinte pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conheceria desde a Revolução Industrial (ver capítulo 3). E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o *status quo* mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos. Daí em diante, uma nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam. A imagem de frotas de aviões jogando bombas sobre cidades, e de figuras de pesadelo com máscaras contra gases, tateando o caminho como cegos em meio à nuvem de gás venenoso, perseguiu minha geração: profeticamente num caso, erroneamente no outro.

II

As origens da Segunda Guerra Mundial produziram uma literatura histórica incomparavelmente menor sobre suas causas do que as da Primeira Guerra, e por um motivo óbvio. Com as mais raras exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou de que Alemanha, Japão e (mais hesitante) Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três, capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitá-lo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler.

As respostas a perguntas históricas não são, claro, tão simples. Como vimos, a situação mundial criada pela Primeira Guerra era inerentemente instável, sobretudo na Europa, mas também no Extremo Oriente, e portanto não se esperava que a paz durasse. A insatisfação com o *status quo* não se restringia aos Estados derrotados, embora estes, notadamente a Alemanha, sentissem que tinham bastantes motivos para ressentimento, como de fato tinham. Todo partido na Alemanha, dos comunistas na extrema esquerda aos nacional-socialistas de Hitler na extrema direita, combinavam-se na condenação do Tratado de Versalhes como injusto e inaceitável. Paradoxalmente, uma revolução alemã autêntica poderia ter produzido uma Alemanha menos explosiva no cenário internacional. Os dois países derrotados que foram de fato revolucionados, a Rússia e a Turquia, se achavam demasiado preocupados com suas

próprias questões, incluindo a defesa de suas fronteiras, para desestabilizar a situação internacional. Eram forças a favor da estabilidade na década de 1930, e na verdade a Turquia permaneceu neutra na Segunda Guerra Mundial. Contudo, tanto o Japão quanto a Itália, embora do lado vencedor da guerra, também se sentiam insatisfeitos, os japoneses com um realismo de certa forma maior que os italianos, cujos apetites imperiais excediam muitíssimo o poder de seu Estado independente para satisfazê-los. De qualquer modo, a Itália saía da guerra com consideráveis ganhos territoriais nos Alpes, no Adriático e até mesmo no mar Egeu, mesmo não sendo aquele butim prometido ao Estado pelos aliados em troca da entrada ao lado deles em 1915. Contudo, o triunfo do fascismo, um movimento contrarrevolucionário e portanto ultranacionalista e imperialista, sublinhou a insatisfação italiana (ver capítulo 5). Quanto ao Japão, sua força militar e naval bastante considerável tornava-o a mais formidável potência no Extremo Oriente, sobretudo desde que a Rússia estava fora do quadro, e isso foi em certa medida reconhecido internacionalmente pelo Acordo Naval de Washington de 1922, que pôs um ponto final na supremacia naval britânica, estabelecendo a fórmula de 5:5:3 para a força das marinhas americana, britânica e japonesa, respectivamente. Mas o Japão, cuja industrialização avançava a passos largos, embora em tamanho absoluto a economia ainda fosse bastante modesta — 2,5% da produção mundial no fim da década de 1920 —, sem dúvida achava que merecia uma fatia maior do bolo do Extremo Oriente do que as potências imperiais brancas lhe concediam. Além disso, os japoneses tinham uma aguda consciência da vulnerabilidade de um país ao qual faltavam praticamente todos os recursos naturais necessários a uma economia moderna, cujas importações estavam à mercê de interferências de marinhas estrangeiras, e as exportações à mercê do mercado dos EUA. A pressão militar para a criação de um império territorial próximo na China, dizia-se, logo encurtaria as linhas de comunicação japonesas, e assim as tornaria menos vulneráveis.

Apesar disso, fosse qual fosse a instabilidade da paz pós-1918 e a probabilidade de seu colapso, é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930. Os marcos miliários na estrada para a guerra foram a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-9; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polónia que levaram de fato ao início da guerra. Alternativamente, podemos contar esses marcos miliários de um modo negativo: a não ação da Liga contra o Japão; a não tomada de medidas efetivas contra a Itália em 1935; a não reação

de Grã-Bretanha e França à denúncia unilateral alemã do Tratado de Versalhes, e notadamente à reocupação alemã da Renânia em 1936; a recusa de Grã-Bretanha e França a intervir na Guerra Civil Espanhola (“não intervenção”); a não reação destas à ocupação da Áustria; o recuo delas diante da chantagem alemã sobre a Tchecoslováquia (o “Acordo de Munique” de 1938); e a recusa da URSS a continuar opondo-se a Hitler em 1939 (o pacto Hitler-Stalin de agosto de 1939).

E no entanto, se um lado claramente não queria guerra, e fez tudo possível para evitá-la, e o outro a glorificava e, no caso de Hitler, sem dúvida a desejava ativamente, nenhum dos agressores queria a guerra que tiveram, quando a tiveram, e contra pelo menos alguns dos inimigos com os quais se viram lutando. O Japão, apesar da influência militar em sua política, certamente teria preferido alcançar seus objetivos — em essência a criação de um império leste-asiático — sem uma guerra *geral*, na qual só se envolveu porque os EUA se achavam envolvidos numa. Que tipo de guerra queria a Alemanha, quando e contra quem ainda são temas de discussão, pois Hitler não era um homem que documentava suas decisões, mas duas coisas estão claras. Uma guerra contra a Polónia (apoiada pela Grã-Bretanha e a França) em 1939 não fazia parte de seu plano de guerra, e a guerra em que finalmente se viu, contra a URSS e os EUA, era o pesadelo de todo general e diplomata alemão.

A Alemanha (e depois o Japão) precisava de uma guerra ofensiva rápida pelos mesmos motivos que a tinham feito necessária em 1914. Os recursos conjuntos dos inimigos potenciais de cada um deles, uma vez unidos e coordenados, eram esmagadoramente maiores que os seus. Nenhum dos dois sequer fez planos para uma guerra extensa, nem contou com armamentos de longo período de gestação. (Em contraste, os britânicos, aceitando a inferioridade em terra, investiram seu dinheiro desde o início nas formas mais caras e tecnologicamente sofisticadas de armamento, e fizeram planos para uma longa guerra, em que eles e seus aliados venceriam o outro lado em produção.) Os japoneses foram mais bem-sucedidos que os alemães em evitar a coalizão de seus inimigos, pois ficaram de fora tanto da guerra da Alemanha contra a Grã-Bretanha e a França em 1939-40 quanto da guerra contra a Rússia depois de 1941. Ao contrário das outras potências, eles tinham lutado de fato contra o Exército Vermelho, numa guerra não oficial mas substancial, na fronteira sino-siberiana em 1939, e saíram seriamente maltratados. O Japão só entrou na guerra contra a Grã-Bretanha e os EUA, mas não contra a URSS, em dezembro de 1941. Infelizmente para ele, a única potência contra a qual tinha de lutar, os EUA, lhe era tão imensamente superior em recursos que praticamente tinha de vencer.

A Alemanha pareceu mais afortunada por algum tempo. Na década de 1930, quando a guerra se aproximava, a Grã-Bretanha e a França não se juntaram à Rússia soviética, e esta acabou preferindo chegar a um acordo com Hitler, enquanto a política local impedia o presidente Roosevelt de dar mais

que apoio burocrático ao lado que apoiava apaixonadamente. A guerra portanto começou em 1939 como um conflito puramente europeu e, de fato, depois que a Alemanha entrou na Polônia, que foi derrotada e dividida em três semanas com a agora neutra URSS, como uma guerra puramente europeia ocidental de Alemanha contra Grã-Bretanha e França. Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com ridícula facilidade, ocupando os quatro primeiros países e dividindo a França numa zona diretamente ocupada e administrada pelos alemães vitoriosos, e num “Estado” satélite francês (seus governantes, oriundos dos vários setores da reação francesa, não queriam mais chamá-la de república), com capital num balneário provinciano, Vichy. Só restou em guerra com a Alemanha a Grã-Bretanha, sob uma coalizão de todas as forças nacionais, chefiada por Winston Churchill e baseada na total recusa a qualquer tipo de acordo com Hitler. Foi nesse momento que a Itália fascista decidiu escorregar do muro de neutralidade, onde se sentava cautelosamente seu governo, para o lado alemão.

Para fins práticos, a guerra na Europa acabara. Mesmo que a Alemanha não pudesse invadir a Grã-Bretanha, devido ao duplo obstáculo do mar e da Real Força Aérea, não havia possibilidade de uma guerra em que os britânicos pudessem retornar ao continente europeu, quanto mais derrotar a Alemanha. Os meses de 1940-1, quando a Grã-Bretanha ficou sozinha, são um momento maravilhoso na história do povo britânico, ou pelo menos dos que tiveram a sorte de vivê-lo, mas as possibilidades do país eram exíguas. O programa de rearmamento “Defesa do Hemisfério”, dos EUA, de junho de 1940, praticamente assumia que mais armas para a Grã-Bretanha seriam inúteis e, mesmo depois de aceita a sobrevivência britânica, o Reino Unido ainda era visto sobretudo como uma base de defesa distante para a América. Enquanto isso, o mapa da Europa era redesenhado. A URSS, por acordo, ocupou as áreas europeias do império czarista perdidas em 1918 (com exceção das partes da Polónia tomadas pela Alemanha) e a Finlândia, contra a qual Stalin travara uma desastrosa guerra de inverno em 1939-40, o que levou as fronteiras russas um pouco mais para longe de Leningrado. Hitler presidiu uma revisão do acordo de Versalhes nos antigos territórios habsburgos, que se revelou de curta vida. As tentativas britânicas de ampliar a guerra nos Bálcãs levaram à esperada conquista de toda a península pela Alemanha, incluindo as ilhas gregas.

Na verdade, a Alemanha cruzou de fato o Mediterrâneo para a África, quando do pareceu que sua aliada Itália, ainda mais decepcionante como poder militar na Segunda Guerra Mundial que a Áustria-Hungria na Primeira, ia ser inteiramente expulsa de seu império africano pelos britânicos, que lutavam a partir de sua base principal no Egito. O Afrika Korps alemão, sob um de seus mais talentosos generais, Erwin Rommel, ameaçou toda a posição britânica no Oriente Médio.

A guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de

1941, a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata — pois comprometia a Alemanha numa guerra em duas frentes — que Stalin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contemplá-la. Mas para Hitler a conquista de um vasto império territorial oriental, rico em recursos e trabalho escravo, era o próximo passo lógico, e, como todos os outros especialistas militares, com exceção dos japoneses, ele subestimou espetacularmente a capacidade soviética de resistir. Não, porém, sem certa plausibilidade, em vista da desorganização do Exército Vermelho pelos expurgos da década de 1930 (ver capítulo 13), da aparente condição do país, dos efeitos gerais do terror, e das intervenções extraordinariamente ineptas de Stalin na estratégia militar. Na verdade, os avanços iniciais dos exércitos alemães foram tão rápidos e pareceram tão decisivos quanto as campanhas no Ocidente. No início de outubro, estavam nos arredores de Moscou, e há indícios de que, durante alguns dias, o próprio Stalin ficou desmoralizado e pensou em fazer a paz. Mas o momento passou, e as simples dimensões das reservas de espaço, força humana, valentia física e patriotismo russos, e um implacável esforço de guerra, derrotaram os alemães e deram à URSS tempo para se organizar efetivamente, sobretudo por deixar que os muito talentosos chefes militares (alguns deles recém-libertados de *gulags*) fizessem o que achavam melhor. Os anos de 1942-5 foram a única vez em que Stalin fez uma pausa em seu terror.

Uma vez que a guerra russa não se decidira em três semanas, como Hitler esperava, a Alemanha estava perdida, pois não estava equipada nem podia aguentar uma guerra longa. Apesar de seus triunfos, tinha, e produzia, muito menos aviões do que mesmo a Grã-Bretanha e a Rússia, sem contar os EUA. Uma nova ofensiva alemã em 1942, após o inverno terrível, pareceu tão brilhantemente bem-sucedida como todas as outras, e levou os exércitos alemães a fundo no Cáucaso e ao vale do baixo Volga, mas não podia mais decidir a guerra. Os exércitos alemães foram detidos em Stalingrado (verão de 1942-março de 1943). Depois disso, os russos começaram por sua vez o avanço, que só os levou a Berlim, Praga e Viena no fim da guerra. De Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo.

Enquanto isso a guerra, ainda basicamente europeia, se tornara de fato global. Isso se deveu em parte às agitações anti-imperialistas entre os súditos e dependentes da Grã-Bretanha, ainda o maior império mundial, embora ainda pudessem ser eliminadas sem dificuldade. Os simpatizantes de Hitler entre os bóeres na África do Sul podiam ser internados — ressurgiram depois da guerra como os arquitetos do regime de *apartheid* de 1954 — e a tomada do poder no Iraque por Rashid Ali na primavera de 1941 foi rapidamente sufocada. Muito mais significativo foi o fato de que o triunfo de Hitler na Europa deixou um vácuo imperial parcial no Sudeste Asiático, no qual o Japão então entrou, afirmando um protetorado sobre as desamparadas relíquias dos franceses na Indochina. Os EUA encararam essa extensão do poder do Eixo no Sudeste

Asiático como intolerável, e aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, cujo comércio e abastecimentos dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Foi esse conflito que levou à guerra entre os dois países. O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou a guerra mundial. Dentro de poucos meses, os japoneses tinham tomado todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no Oeste, e o vazio Norte da Austrália a partir da Nova Guiné.

É provável que o Japão não pudesse evitar a guerra com os EUA, a menos que desistisse do objetivo de estabelecer um poderoso império econômico (eufemisticamente chamado de “Grande Esfera de Coprosperidade Leste-Asiática”), que era a essência mesma de sua política. Contudo, tendo observado as consequências do fracasso das potências europeias ao tentarem resistir a Hitler e Mussolini, e seus resultados, não se poderia esperar que os EUA de F. D. Roosevelt reagissem à expansão japonesa como a Grã-Bretanha e a França tinham reagido à expansão alemã. De qualquer modo, a opinião pública americana encarava o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina. O “isolacionismo” americano pretendia manter-se fora apenas da Europa. Na verdade, foram o embargo ocidental (isto é, americano) ao comércio japonês e o congelamento de bens japoneses que obrigaram o Japão a passar à ação, se não queria que sua economia, inteiramente dependente de importações oceânicas, fosse estrangulada de repente. A jogada que fez era perigosa, e revelou-se suicida. O Japão talvez aproveitasse sua única oportunidade de estabelecer rapidamente seu império sulista; mas como calculava que isso exigia a imobilização da marinha americana, a única força que podia intervir, também significava que os EUA, com suas forças e recursos esmagadoramente superiores, seriam *imediatamente* arrastados para a guerra. Não havia como o Japão vencer essa guerra.

O mistério é: por que Hitler, já inteiramente esgotado na Rússia, declarou gratuitamente guerra aos EUA, dando assim ao governo de Roosevelt a oportunidade de entrar no conflito europeu ao lado da Grã-Bretanha, sem enfrentar esmagadora resistência política em casa? Pois havia muito pouca dúvida na mente de Washington de que a Alemanha nazista constituía um perigo muito mais sério, ou de qualquer modo muito mais global, para a posição dos EUA — e do mundo — que o Japão. Os EUA portanto preferiram concentrar-se mais em ganhar a guerra contra a Alemanha do que contra o Japão, e concentrar seus recursos de acordo. O cálculo foi correto. Foram necessários mais três anos e meio para derrotar a Alemanha, após o que o Japão foi posto de joelhos em três meses. Não há explicação adequada para a loucura de Hitler, embora saibamos que ele persistente e impressionantemente subestimou a capacidade de ação, para não falar no potencial econômico e tecnológico, dos EUA, porque julgava as democracias incapazes de agir. A única democracia que levava a sério era a Grã-Bretanha, que com razão encarava como não inteiramente democrática.

As decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos EUA decidiram também o resultado da Segunda Guerra Mundial. Isso não pareceu imediatamente óbvio, pois o Eixo atingira o auge do seu sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943. Além disso, os aliados ocidentais só reentraram efetivamente no continente europeu em 1944, pois enquanto continuaram expulsar o Eixo do Norte da África e atravessar para a Itália, eram mantidos à distância pelo exército alemão. Nesse meio-tempo, a única grande arma dos aliados ocidentais contra a Alemanha era o poder aéreo, e este, como demonstraram pesquisadores posteriores, se mostrava espetacularmente ineficaz, exceto para matar civis e destruir cidades. Só os exércitos soviéticos continuaram a avançar, e só nos Balcãs — sobretudo na Iugoslávia, Albânia e Grécia — um movimento armado em grande parte inspirado pelos comunistas que causou à Alemanha, e ainda mais à Itália, sérios problemas militares. Apesar disso, Winston Churchill tinha razão quando exclamou confiante depois de Pearl Harbor que a vitória pela aplicação correta de uma força esmagadora era certa (Kennedy, p. 347). Do fim de 1942 em diante, ninguém duvidou de que a Grande Aliança contra o Eixo ia vencer. Os aliados começaram a concentrar-se no que fazer com sua previsível vitória.

Não precisamos seguir mais adiante o curso dos acontecimentos militares, a não ser para observar que, no Ocidente, a resistência alemã se mostrou muito dura de vencer, mesmo depois que os aliados reentraram em peso no continente em junho de 1944, e que, ao contrário de 1918, não houve sinal algum de revolução alemã contra Hitler. Só os generais alemães, núcleo de poder militar e eficiência prussianos tradicionais, tramaram a queda de Hitler em julho de 1944, pois eram mais patriotas racionais do que entusiastas de um *Götterdämmerung* wagneriano em que a Alemanha seria totalmente destruída. Não tiveram apoio popular, fracassaram e foram mortos *en masse* pelos legalistas de Hitler. No Leste houve ainda menos sinais de racha na determinação do Japão de lutar até o fim, motivo pelo qual se lançaram armas nucleares sobre Hiroxima e Nagasaki, para assegurar uma rápida rendição japonesa. A vitória em 1945 foi total, a rendição incondicional. Os Estados inimigos derrotados foram totalmente ocupados pelos vencedores. Não se fez qualquer paz formal, pois não se reconhecia nenhuma autoridade independente das forças de ocupação, pelo menos na Alemanha e no Japão. O mais próximo de negociações de paz foi a série de conferências entre 1943 e 1945, em que as principais potências aliadas — EUA, URSS e Grã-Bretanha — decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações umas com as outras depois da guerra: em Teerã, em 1943; em Moscou, no outono de 1944; em Ialta, Crimeia, no início de 1945; e em Potsdam, na Alemanha ocupada, em agosto de 1945. Mais bem-sucedida, uma série de negociações interaliadas entre 1943 e 1945 estabeleceu um esquema mais geral para as relações políticas e econômicas entre Estados, incluindo o esta-

belecimento das Nações Unidas. Essas questões pertencem a outro capítulo (ver capítulo 9).

Mais ainda que a Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial foi portanto travada até o fim, sem ideias sérias de acordo em nenhum dos lados, com exceção da Itália, que trocou de lado e regime político em 1943 e não foi inteiramente tratada como território ocupado, mas como um país derrotado com um governo reconhecido. (Foi ajudada pelo fato de os aliados não conseguirem empurrar os alemães, e a “República Social” fascista sob Mussolini deles dependente, para fora de mais da metade da Itália durante quase dois anos.) Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, essa mútua intransigência não exige explicação especial. Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota frente ao regime nacional-socialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrível, era a escravidão e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total.

Suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. As mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial (Milward, p. 270; Petersen, 1986), e, em outros termos, entre 10% e 20% da população total da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. As baixas na Grã-Bretanha e França foram bem menores que na Primeira Guerra — cerca de 1%, mas nos EUA um tanto mais altas. Mesmo assim, são palpites. As baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões (estimativa original por cima, e quase certamente exagerada), mas 5 ou mesmo 4 milhões? E se os noventa dias de sítio alemão a Leningrado (1941-4) mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? Na verdade, podemos realmente *aprender* números além da realidade aberta à intuição física? Que significa para o leitor médio desta página que, de 5,7 milhões de prisioneiros de guerra russos na Alemanha, 3,3 milhões morreram (Hirschfeld, 1986)? A única coisa certa sobre as baixas da guerra é que levaram mais homens que mulheres. Em 1959, ainda havia na URSS sete mulheres entre as idades de 35 e cinquenta anos para cada quatro

homens (Milward, 1979, p. 212). Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes.

III

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século XX. Na verdade, houve guerras tragicamente destrutivas antes, e mesmo guerras que anteciparam os esforços totais da guerra moderna, como na França durante a Revolução. Até hoje, a Guerra Civil de 1861-5 continua sendo o conflito mais sangrento na história dos EUA: matou tantos homens quanto todas as guerras posteriores do país juntas, incluindo as duas mundiais, a da Coreia e a do Vietnã. Apesar disso, antes do século XX, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. Jane Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não saiba disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavaleiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte nelas. É inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a Grã-Bretanha nas guerras do século XX.

O monstro da guerra total do século XX não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20% (Milward, 1979, p. 216). Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa, durante anos, não pode ser mantido, a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e — ou alternativamente — em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população. As economias agrárias tradicionais não podem em geral mobilizar uma porção tão grande de sua força de trabalho, a não ser sazonalmente, pelo menos na zona temperada, pois há momentos no ano agrícola em que todos os braços são necessários (por exemplo, para a colheita). Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão de obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalho organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda.

Também neste caso, as guerras do século XX foram guerras de massa, no sentido de que usaram, e destruíram, quantidades até então inconcebíveis de produtos durante a luta. Daí a expressão alemã *Materialschlacht* para descrever as batalhas ocidentais de 1914-8 — batalhas de materiais. Napoleão, por sorte para a capacidade industrial extremamente restrita da França em sua época, pôde vencer a batalha de Jena em 1806, e com isso destruir o poder da Prússia, com não mais de 1500 rodadas de artilharia. Contudo, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a França fazia planos para uma produção de munição de 10-12 mil granadas *por dia*, e no fim sua indústria teve de produzir 200 mil granadas *por dia*. Mesmo a Rússia czarista descobriu que produzia 150 mil granadas *por dia*, ou uma taxa de 4,5 milhões por mês. Não admira que os processos das fábricas de engenharia mecânica fossem revolucionados. Quanto aos instrumentos menos destrutivos da guerra, lembremos que durante a Segunda Guerra Mundial o exército dos EUA encomendou mais de 519 milhões de pares de meias e mais de 219 milhões de calças, enquanto as forças alemãs, fiéis à tradição burocrática, num único ano (1943) encomendaram 4,4 milhões de tesouras e 6,2 milhões de almofadas para os carimbos dos departamentos militares (Milward, 1979, p. 68). A guerra em massa exigia produção em massa.

Mas a produção também exigia organização e administração — mesmo sendo o seu objetivo a destruição racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha de ser conscientemente organizado e administrado.

Isso também suscitava novos problemas. Os assuntos militares sempre foram interesse especial dos governos, desde que assumiram a direção de exércitos permanentes (“que ficam”) no século XVII, em vez de subcontratá-los de empresários militares. Na verdade, exércitos e guerra logo se tornaram “indústrias” ou complexos de atividade econômica muito maiores que qualquer coisa no comércio privado, motivo pelo qual no século XIX tantas vezes proporcionaram a especialização e a capacidade de administração para os vastos empreendimentos privados que se desenvolveram na área industrial, por exemplo, os projetos de ferrovias ou instalações portuárias. Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século XIX surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta tecnologia como a artilharia e a marinha, que antecipavam o que hoje conhecemos como “complexo industrial-militar” (ver *A era dos impérios*, capítulo 13). Apesar disso, a crença básica entre a era da Revolução Francesa e a Primeira Guerra Mundial era de que a economia iria, até onde fosse possível, continuar a operar em tempo de guerra como em tempo de paz (“negócios como sempre”), embora, é claro, algumas indústrias fossem sentir claramente seu

impacto — por exemplo, a indústria de roupas, da qual se exigiria que produzisse trajes militares muito além de qualquer capacidade em tempo de paz.

O principal problema dos governos era, para eles, fiscal: como pagar as guerras. Deveria ser por meio de empréstimos, de impostos diretos, e, em qualquer dos casos, em que termos exatos? Consequentemente, eram os tesouros ou ministérios de Finanças que eram vistos como os comandantes da economia de guerra. A Primeira Guerra Mundial, que durou tão mais do que os governos haviam previsto, e consumiu tão mais homens e armamentos, tornou impossível os “negócios como sempre” e, com eles, a dominação dos ministérios de Finanças, embora funcionários do Tesouro (como o jovem Maynard Keynes na Grã-Bretanha) ainda balancessem a cabeça diante da disposição dos políticos de buscar vitória sem contar os custos financeiros. Estavam certos, claro. A Grã-Bretanha travou as duas guerras muito além de seus meios, com consequências duradouras e negativas para sua economia. Contudo, se se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus custos precisavam ser levados em conta, mas sua produção — e no fim toda a economia — precisava ser administrada e planejada.

Os governos só aprenderam isso por experiência própria durante a Primeira Guerra Mundial. Na Segunda, já o sabiam desde o começo, graças em grande parte à experiência da Primeira, cujas lições suas autoridades haviam estudado intensamente. Apesar disso, só aos poucos foi ficando claro como os governos tinham de assumir completamente a economia, e como eram agora essenciais o planejamento e a alocação de recursos (além de pelos mecanismos econômicos habituais). No início da Segunda Guerra Mundial só dois Estados, a URSS e, em menor medida, a Alemanha nazista tinham qualquer mecanismo para controlar fisicamente a economia, o que não surpreende, pois as ideias soviéticas de planejamento eram originalmente inspiradas e em certa medida baseadas no que os bolcheviques conheciam da planejada economia de guerra alemã de 1914-7 (ver capítulo 13). Alguns Estados, notadamente a Grã-Bretanha e os EUA, não tinham sequer os rudimentos de tais mecanismos.

É pois um estranho paradoxo que entre as economias planejadas de guerra dirigidas por governos em ambas as guerras, e em guerras totais isso queria dizer *todas* as economias de guerra, as dos Estados democráticos ocidentais — Grã-Bretanha e França na Primeira Guerra; Grã-Bretanha e mesmo os EUA na Segunda — se mostrassem muito superiores à da Alemanha com sua tradição de teorias e administração racional-burocrática. (Sobre planejamento soviético, ver capítulo 13.) Só podemos imaginar os motivos, mas sobre os fatos não há dúvida. A economia de guerra alemã foi menos sistemática e eficaz na mobilização de todos os recursos para a guerra — claro, até depois que a estratégia de ataques relâmpago falhou, não precisava fazê-lo — e certamente cuidou muito menos da população civil alemã. Os habitantes de Grã-Bretanha e França que sobreviveram ilesos à Primeira Guerra Mundial provavelmente estavam um

pouco mais saudáveis que antes da guerra, mesmo quando eram mais pobres, e o salário real de seus trabalhadores havia subido. Os alemães estavam mais famintos, e os salários reais de seus operários haviam caído. As comparações são mais difíceis na Segunda Guerra Mundial, quando nada porque a França foi logo eliminada, os EUA eram mais ricos e sob muito menos pressão, a URSS mais pobre e sob muito mais. A economia de guerra alemã tinha praticamente toda a Europa para explorar, mas acabou a guerra com muito maior destruição física que os beligerantes ocidentais. Mesmo assim, no conjunto uma Grã-Bretanha mais pobre, cujo consumo civil caíra em mais de 20% em 1943, encerrou a guerra com uma população ligeiramente mais bem alimentada e saudável, graças a uma planejada economia de guerra sistematicamente voltada para a igualdade e justiça de sacrifício, e justiça social. O sistema alemão era, claro, inequitativo em princípio. A Alemanha explorou os recursos e a mão de obra da Europa ocupada, tratou as populações não alemãs como inferiores e, em casos extremos — os poloneses, mas sobretudo os russos e judeus —, praticamente como mão de obra escrava descartável, que não precisava nem *ser mantida viva*. A mão de obra estrangeira aumentou cerca de um quinto da força de trabalho na Alemanha em 1944 — 30% nas indústrias de armamentos. Mesmo assim, o máximo que se pode afirmar sobre os próprios trabalhadores alemães é que seus ganhos reais permaneceram os mesmos que em 1938. A mortalidade infantil britânica e as taxas de doença caíram progressivamente durante a guerra. Na ocupada e dominada França, um país proverbialmente rico em alimentos e fora da guerra depois de 1940, declinaram o peso médio e a forma física da população em todas as idades.

A guerra total sem dúvida revolucionou a administração. Até onde revolucionou a tecnologia e a produção? Ou, perguntando de outro modo, até onde adiantou ou retardou o desenvolvimento econômico? Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais. Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século xx. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz — pensamos na aeronáutica e nos computadores —, mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, “carregando” os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo-benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante (ver capítulo 9).

Mesmo assim, a tendência tecnológica da guerra não era nova. Além disso,

a economia industrial moderna foi construída com base em inovação tecnológica constante, que por certo teria ocorrido, provavelmente em ritmo crescente, mesmo sem guerras (se podemos tomar essa suposição irrealista para argumentar). As guerras, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, ajudaram muito a difundir a especialização técnica, e certamente tiveram um grande impacto na organização industrial e nos métodos de produção em massa, mas o que conseguiram foi, de longe, mais uma aceleração da mudança que uma transformação.

A guerra promoveu o crescimento econômico? Num certo sentido, é evidente que não. As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções de tempo de guerra). No caso extremo da URSS, o efeito econômico líquido da guerra foi inteiramente negativo. Em 1945, a agricultura do país estava em ruínas, assim como a industrialização dos Planos Quinquenais pré-guerra. Tudo que restava eram uma imensa e inteiramente inadaptável indústria de armamentos, um povo morrendo de fome e em declínio, e maciça destruição física.

Por outro lado, as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e serem o principal arsenal de seus aliados, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. É provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século xx, o que só começou a desaparecer aos poucos no fim do século (ver o capítulo 9). Em 1914, já eram a maior economia industrial, mas ainda não a dominante. As guerras, que os fortaleceram enquanto enfraqueciam, relativa ou absolutamente, suas concorrentes, transformaram sua situação.

Se os EUA (nas duas guerras) e a Rússia (sobretudo na Segunda Guerra Mundial) representam os dois extremos dos efeitos econômicos das guerras, o resto do mundo se situa entre esses dois extremos; mas no todo mais perto da ponta russa que da ponta americana da curva.

IV

Falta avaliar o impacto humano da era de guerras, e seus custos humanos. O simples volume de baixas, a que já nos referimos, é apenas parte destes. Muito curiosamente, a não ser, por motivos compreensíveis, na URSS, os núme-

ros muito menores da Primeira Guerra Mundial iriam causar um impacto muito maior que as imensas quantidades da Segunda, como testemunham a maior predominância de monumentos e o culto aos mortos da Primeira Guerra Mundial. A Segunda não produziu equivalentes dos monumentos ao “soldado desconhecido”, e depois dela a comemoração do “Dia do Armistício” (aniversário do 11 de novembro de 1918) foi perdendo aos poucos sua solenidade de entreguerras. Talvez 10 milhões de mortos parecessem um número mais brutal para os que jamais haviam esperado tal sacrifício do que 54 milhões para os que já haviam experimentado a guerra como um massacre antes.

Sem dúvida, tanto a totalidade dos esforços de guerra quanto a determinação de ambos os lados de travá-la sem limites e a qualquer custo deixaram a sua marca. Sem isso, é difícil explicar a crescente brutalidade e desumanidade do século xx. Sobre essa curva ascendente de barbarismo após 1914 não há, infelizmente, dúvida séria. No início do século xx, a tortura fora oficialmente encerrada em toda a Europa Ocidental. Depois de 1945, voltamos a acostumar-nos, sem grande repulsa, a seu uso em pelo menos um terço dos Estados membros das Nações Unidas, incluindo alguns dos mais velhos e civilizados (Peters, 1985).

O aumento da brutalização deveu-se não tanto à liberação do potencial latente de crueldade e violência no ser humano, que a guerra naturalmente legitima, embora isso certamente surgisse após a Primeira Guerra Mundial entre um certo tipo de ex-soldados (veteranos), sobretudo nos esquadrões da morte ou arruaceiros e “Brigadas Livres” da ultradireita nacionalista. Por que homens que tinham matado e visto matar e estropiar seus amigos iriam hesitar em matar e brutalizar os inimigos de uma boa causa?

Um motivo importante foi a estranha democratização da guerra. Os conflitos totais viraram “guerras populares”, tanto porque os civis e a vida civil se tornaram os alvos estratégicos certos, e às vezes principais, quanto porque em guerras democráticas, como na política democrática, os adversários são naturalmente demonizados para fazê-los devidamente odiosos ou pelo menos desprezíveis. As guerras conduzidas de ambos os lados por profissionais, ou especialistas, sobretudo os de posição social semelhante, não excluem o respeito mútuo e a aceitação de regras, ou mesmo cavalheirismo. A violência tem suas leis. Isso ainda era evidente entre os pilotos de caças das forças aéreas nas duas guerras, como testemunha o filme pacifista de Jean Renoir sobre a Primeira Guerra Mundial, *La grande illusion*. Os profissionais da política e da diplomacia, quando desimpedidos pelas exigências de votos ou jornais, podem declarar guerra ou negociar a paz sem ressentimentos contra o outro lado, como boxeadores que se apertam as mãos antes de começarem a luta, e bebem uns com os outros depois. Mas as guerras totais estavam muito distantes do padrão bismarckiano ou do século xviii. Nenhuma guerra em que se mobilizam os sentimentos nacionais de massa pode ser tão limitada quanto as guerras aristocráticas. E, deve-se dizer,

na Segunda Guerra Mundial a natureza do regime de Hitler e o comportamento dos alemães, inclusive do velho exército alemão não nazista, na Europa Oriental, foi o de justificar muita demonização.

Outro motivo, porém, era a nova impessoalidade da guerra, que tornava o matar e estropiar uma consequência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. Diante dos canhões permanentemente fixos da Frente Ocidental estavam não homens, mas estatísticas — nem mesmo estatísticas reais, mas hipotéticas, como mostraram as “contagens de corpos” de baixas inimigas durante a guerra americana no Vietnã. Lá embaixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que certamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para abatedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios da morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais.

Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: “sem Estado” (“apátrida”) ou “genocídio”. A Primeira Guerra Mundial levou à matança de um incontável número de armênios pela Turquia — o número mais habitual é de 1,5 milhão —, que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população. Foi seguida depois pela mais conhecida matança nazista de cerca de 5 milhões de judeus — os números permanecem em disputa (Hilberg, 1985). A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa forçaram milhões de pessoas a se deslocarem como refugiados, ou por compulsórias “trocas de população” entre Estados, que equivaliam à mesma coisa. Um total de 1,3 milhão de gregos foi repatriado para a Grécia, sobretudo da Turquia; 400 mil búlgaros passaram para o diminuído território que tinha o seu nome nacional; enquanto 1,5 ou talvez 2 milhões de nacionais russos, fugindo da Revolução Russa ou no lado perdedor da Guerra Civil russa, se viram sem pátria. Foi sobretudo para estes, mais do que para os 300 mil armênios que fugiam ao genocídio, que se inventou um novo documento para aqueles que, num mundo cada vez mais burocratizado, não tinham existência burocrática em qualquer Estado: o chamado passaporte de Nansen da Liga das Nações, com o nome do grande explorador ártico que fez uma segun-

da carreira como amigo dos sem-amigos. Numa estimativa por cima, os anos 1914-22 geraram entre 4 e 5 milhões de refugiados.

A primeira enxurrada de destroços humanos foi o mesmo que nada diante do que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, ou da desumanidade com que foram tratados. Estimou-se que em maio de 1945 havia talvez 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa, excluindo-se trabalhadores forçados dos alemães e alemães que fugiam diante do avanço dos exércitos soviéticos (Kulicher, 1948, pp. 253-73). Cerca de 13 milhões de alemães foram expulsos das partes da Alemanha ocupadas pela Polônia e a URSS, da Tchecoslováquia e partes do Sudeste europeu onde haviam sido assentados (Holborn, 1968, p. 363). Foram absorvidos pela nova República Federal da Alemanha, que ofereceu um lar e cidadania a qualquer alemão que voltasse para lá, como o novo Estado de Israel ofereceu um “direito de retorno” a qualquer judeu. Quando, senão em épocas de fuga em massa, poderiam tais ofertas ser feitas a sério? Das 11 332 700 “pessoas deslocadas” de várias nacionalidades encontradas na Alemanha pelos exércitos vitoriosos em 1945, 10 milhões logo retornaram a suas pátrias — mas a metade destas foi obrigada a fazê-lo contra a vontade (Jacobmeyer, 1986).

Não havia refugiados apenas na Europa. A descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões deles, obrigados a cruzar as novas fronteiras entre a Índia e o Paquistão (nas duas direções), sem contar os 2 milhões mortos na guerra civil que se seguiu. A Guerra da Coreia, outro subproduto da Segunda Guerra Mundial, produziu talvez 5 milhões de coreanos deslocados. Após o estabelecimento de Israel — ainda outro dos efeitos da guerra — cerca de 1,3 milhão de palestinos foram registrados na Agência de Socorro e Trabalho das Nações Unidas (UNRWA); do outro lado, em inícios da década de 1960, 1,2 milhão de judeus haviam migrado para Israel, a maioria deles também refugiados. Em resumo, a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos.

Retrospectivamente, os 31 anos desde o assassinato do arquiduque austríaco em Sarajevo até a rendição incondicional do Japão devem parecer uma era de devastação comparável à Guerra dos Trinta Anos do século XVII na história alemã. E Sarajevo — a primeira Sarajevo — certamente assinalou o início de uma era geral de catástrofe e crise nos assuntos do mundo, que é o tema deste e dos próximos quatro capítulos. Apesar disso, na memória das gerações pós-1945, a “Guerra dos Trinta e Um Anos” não deixou atrás de si o mesmo tipo de memória que sua antecessora mais localizada do século XVII.

Isso se deve em parte ao fato de ela só ter formado uma única era de guerra da perspectiva do historiador. Para os que a viveram, foi experimenta-

da como duas guerras distintas, embora relacionadas, separadas por um período do “entreguerras” sem francas hostilidades, que vai de treze anos para o Japão (cuja Segunda Guerra começou na Manchúria em 1931) a 23 anos para os EUA (que só entraram na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941). Contudo, se dá também porque cada uma dessas guerras teve seu próprio caráter e perfil históricos. Ambas foram episódios de carnificina sem paralelos, deixando atrás as imagens de pesadelo tecnológico que rondaram as noites e dias da geração seguinte: gás venenoso e bombardeio aéreo após 1914, a nuvem do cogumelo da destruição nuclear após 1945. Ambas acabaram em colapso e — como veremos no próximo capítulo — revolução social em grandes regiões da Europa e Ásia. Ambas deixaram os beligerantes exaustos e enfraquecidos, a não ser os EUA, que saíram das duas guerras incólumes e enriquecidos, como os senhores econômicos do mundo. E, no entanto, como não impressionantes as diferenças! A Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou — de um mundo pacífico e democrático de *Estados-nação* sob a Liga das Nações; de um retorno à economia mundial de 1913; mesmo (entre os que saudaram a Revolução Russa) de capitalismo mundial derrubado dentro de anos ou meses por um levante dos oprimidos — logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 1920.

A Segunda Guerra Mundial na verdade trouxe soluções, pelo menos por décadas. Os impressionantes problemas sociais e econômicos do capitalismo na Era da Catástrofe aparentemente sumiram. A economia do mundo ocidental entrou em sua Era de Ouro; a democracia política ocidental, apoiada por uma extraordinária melhora na vida material, ficou estável; banuiu-se a guerra para o Terceiro Mundo. Por outro lado, até mesmo a revolução pareceu ter encontrado seu caminho para a frente. Os velhos impérios coloniais desapareceram ou logo estariam destinados a desaparecer. Um consórcio de Estados comunistas, organizado em torno da União Soviética, agora transformada em superpotência, parecia disposto a competir na corrida pelo crescimento econômico com o Ocidente. Isso se revelou uma ilusão, mas só na década de 1960 essa ilusão começou a desaparecer-se. Como podemos ver agora, mesmo o cenário internacional se estabilizou, embora não parecesse. Ao contrário da Grande Guerra, os ex-inimigos — Alemanha e Japão — se reintegraram na economia mundial (ocidental), e os novos inimigos — os EUA e a URSS — jamais foram realmente às vias de fato.

Mesmo as revoluções que encerraram as duas guerras foram bastante diferentes. As do pós-Primeira Guerra Mundial tinham, como veremos, raízes numa repulsa ao que a maioria das pessoas que as viveram encarava cada vez mais como uma matança sem sentido. Tinham sido revoluções contra a guerra. As revoluções posteriores à Segunda Guerra Mundial surgiram da participação

popular num conflito mundial contra inimigos — Alemanha, Japão, mais generalizadamente o imperialismo — que, embora terrível, os que dele participaram julgavam justo. E no entanto, como as duas guerras mundiais, os dois tipos de revolução pós-guerra podem ser vistos na perspectiva do historiador como um único processo. Devemos voltar-nos agora para isso.

2

A REVOLUÇÃO MUNDIAL

Ao mesmo tempo, acrescentou [Bukharin]: “Acho que entramos num período de revolução que pode durar cinquenta anos, antes que a revolução seja finalmente vitoriosa na Europa e em todo o mundo”.

Arthur Ransome, *Six weeks in Russia in 1919* (Ransome, 1919, p. 54)

Como é terrível ler o poema de Shelley (para não falar dos cantos camponeses egípcios de 3 mil anos atrás), denunciando opressão e exploração. Serão eles lidos num futuro ainda repleto de opressão e exploração, e dirão as pessoas: “Até naquele tempo...”?

Bertolt Brecht, ao ler “The masque of anarchy” em 1938 (Brecht, 1964)

Depois da Revolução Francesa, surgiu na Europa uma Revolução Russa, e isso mais uma vez ensinou ao mundo que mesmo o mais forte dos invasores pode ser repellido, assim que o destino da Pátria é realmente confiado ao povo, aos humildes, aos proletários, à gente trabalhadora.

Do jornal mural da 19 Brigata Eusebio Giambone, dos partisanos italianos, 1944 (Pavone, 1991, p. 406)

A revolução foi a filha da guerra no século xx: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da “Guerra dos Trinta e Um Anos”, porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século. A guerra sozinha não conduz necessariamente a crise, colapso e revolução nos países beligerantes. Na verdade, antes de 1914 predominava a crença contrária, pelo menos em relação a regimes estabelecidos com legitimidade tradicional. Napoleão I queixava-se amargamente de que o imperador da Áustria podia sobreviver feliz a uma centena de batalhas perdidas, como o rei da Prússia sobrevivera ao desastre e à perda de metade de suas terras, enquanto ele próprio, filho da Revolução Francesa, estaria em risco após uma única derrota. Mas as tensões da guerra total do século xx sobre os Estados e povos nela envolvidos foram tão